

A economia solidária em uma linha de governança social: a nada utópica experiência de CECOSOLLA

Ciro Antônio da Silva Resende

Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais
ciro.sr@hotmail.com

Palavras chave:
Economia Solidária;
Governança Social;
CECOSOLLA;

Key words:
Solidarity Economy;
Social Governance;
CECOSOLLA;

RESUMO: Na atualidade, é grande o debate acerca da participação da sociedade civil. Nesse sentido, almeja-se uma aproximação do que realmente viria a ser governança social. A partir do arcabouço teórico acerca da noção de economia solidária desenvolvido por Paul Singer, o presente trabalho busca observar se esta poderia ser assumida como uma prática de governança social. Baseado em pesquisa bibliográfica, o artigo volta-se para o contexto latino-americano, mais especificamente para a interessante experiência da Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA). Esta permitiu a observação de aspectos fundamentais de estratégias inovadoras e altamente eficazes, originárias do seio da sociedade civil, que, pautada na organização, tem o poder de agir, de agir para si mediante a comunhão de valores como solidariedade, colaboração e participação.

ABSTRACT: Nowadays, there's a large discussion about the participation of civil society. In this sense, it's expect to find an approximation of what really would be social governance. From the theoretical framework on the concept of solidarity economy developed by Paul Singer, the present study seeks to see if this solidarity economy could be taken as a practice of social governance. Based on a search literature, this article turns to the Latin American context, more specifically to the interesting experience of the Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA). This one permitted the observation of the fundamental aspects of innovative and highly effective, originated in the within civil society, which based in the organization has the power to act, to act for themselves by shared values such as solidarity, cooperation and participation.

Introdução: da teoria à prática

A ideia de governança social tem sido corriqueiramente exposta nos mais diversos meios da sociedade. Definir tal expressão não é tarefa fácil, de modo que limitá-la em um conceito, sem dúvida, desconsiderará aspectos diversos de sua composição. É nesse sentido que o presente artigo visa caminhar: deixando os limites teóricos a fim de compreender a complexidade das práticas sociais.

Para tanto, não se partirá de conceituações ou pré-compreensões acerca de governança social. A teoria pela qual se principia tal caminhada é a exposta por Paul Singer em uma diversidade de suas obras referentes à economia solidária. Nessa seara, verifica-se que experiências pautadas nessa lógica apresentam características alentadoras no que se refere à governança social. Na ótica aqui proposta, uma economia de solidariedade pauta-se na inexistência de mais-valia e de hierarquia, no espírito de confiança, na reciprocidade das ações, surgindo como alternativa viável a um modelo que se apregou como natural. "A economia com base na lógica do mercado dá ênfase à produtividade, à competitividade e à inserção internacional. Tal lógica, no entanto, vai na contramão das demandas societárias de maior participação na política" (BAQUERO, 2008, p. 386).

De uma forma geral, a economia solidária, passando da teoria para a prática, mostra que pode ser, sim, extremamente eficiente no que

se refere a diversos aspectos. Na análise, neste artigo, desenvolvida a respeito da Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA), muitas reflexões foram emergindo, concentrando-se todas nas inúmeras possibilidades inerentes a experiências deste tipo. De modo a acoplar estas ideias, valho-me das palavras de um visitante que esteve na Central:

"Lo que encontré hace apenas unos días en Cecosollla es simplemente "la construcción colectiva y participativa de un nuevo orden social", más aún, tengo la extraña sensación de que en Cecosollla se podría encontrar el germen o las posibles bases para: "un nuevo orden económico y social internacional" un modelo colectivo de vida social y económica que realmente funciona sustentablemente, y que de forma asombrosa opera, fluye... en la práctica en articulación constructiva con la economía de mercado que los rodea" (ZAPP, 2005).

Parte-se, portanto, em busca de superar os limites teóricos, encontrando na experiência venezuelana, acima referida, os aspectos centrais de uma prática de economia solidária, em linha de governança social. É nesse sentido que se almeja observar que, mediante o reconhecimento de uma sociedade plural, as decisões passam a ser tomadas pela própria sociedade civil, consistindo isso em grandes avanços em termos democráticos e

participativos.

Assim, a partir da concepção teórica de "Introdução a Economia Solidária", de Paul Singer, o trabalho desenvolvido se atém à análise da experiência da Central Cooperativa Lara (CECOSESOLA), analisando seus principais aspectos componentes. Esta unidade de análise foi escolhida por possibilitar um delineamento de sua evolução em termos de gestão e de desenvolvimento do processo formativo. Por meio de "reuniões a espaços de encontro", enfatiza-se a governança social como resultado de um processo de mais de 40 anos de uma organização cooperativista em movimento. Vale destacar que este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, apresentando falas que são fruto da pesquisa de diversos autores. Estas contribuíram para que, finalmente, os pontos abordados pudessem ser entrelaçados em uma concepção de "economia solidária em linha de governança social", que é retratada por meio de elementos da CECOSOLA.

Dessa maneira, o texto está dividido, basicamente, em três partes. A primeira apresenta uma abordagem conceitual acerca da economia solidária, valendo-se, sobretudo, das contribuições de Paul Singer. A segunda parte visa, a priori, a uma contextualização, apresentando alguns aspectos da "*ley para el fomento y desarrollo de la economía popular*" que embasam o contraponto à visão tendenciosa de grande parte da mídia em relação à realidade latino-americana. Feito isso, adentra-se, especificamente, no estudo de caso. A CECOSOLA é apresentada, a partir de suas características e componentes fundamentais, em duas subseções. A parte final, buscando tecer algumas conclusões, remete-se a textos que estudaram a governança social. Nessa seara, merece menção a ampla contribuição para o tema da professora Miracy Gustin. Por meio destes textos, foi possível entrelaçar os componentes da experiência estudada à luz de uma "economia solidária em linha de governança social".

Para além da economia capitalista: economia de solidariedade

A economia de mercado está há muito impregnada em nossas sociedades, fato que, muitas vezes, leva-nos a crer que inexistem qualquer alternativa à "competição" imperante nas relações econômicas. Todavia, os efeitos sociais passam por um processo de intenso agravamento, visto que, no jogo capitalista, aqueles que já venceram acumulam vantagens para as futuras "rodadas", ao passo que os já derrotados se sobrecarregam de desvantagens. Todo esse processo é capaz de gerar desigualdades crescentes, que se tornam "hereditárias", perpetuando o jugo da exclusão e acentuando as disparidades sociais. Nas palavras de Paul Singer (2002, p. 8):

"O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que nossa tendência é considerá-lo como normal ou natural. Vivemos, assim, em uma sociedade em que a com-

petição domina praticamente todas as áreas da atuação humana. No entanto, esta competição tem sido criticada por causa de seus graves efeitos sociais. A apologia da competição dá valor apenas aos vencedores; os perdedores ficam na penumbra ou são excluídos."

Surge como alternativa à economia competitiva o modelo de economia solidária. Distinguindo-se da primeira, esta pressupõe uma organização igualitária por todos aqueles que se associam com intuito de produzir, comercializar, consumir ou poupar. "A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais" (SINGER, 2002, p. 9). Verifica-se, portanto, que a naturalidade e a normalidade (já) quase intrínsecas ao modo de produção capitalista não são, assim, tão naturais e normais. Aspectos como a desigualdade e a competição generalizada decorrem, na verdade, da forma pela qual se organizam as atividades econômicas. Dessa maneira, a economia solidária é distinta, caracterizando-se, principalmente, pela propriedade coletiva ou associada do capital (de modo que, havendo acumulação de capital, todos ganham por igual e, havendo dívidas, todos participam igualmente dos prejuízos) e pelo direito à liberdade individual.

Ainda nessa seara, é preciso deixar claro que o modelo de economia solidária é forma paralela ao sistema capitalista e, portanto, não uma adaptação deste nem seu concorrente. "O modelo solidário de produção e distribuição entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos" (SINGER, 2000, p. 13). Esta economia de solidariedade é instrumento importante de combate às grandes mazelas capitalistas, dentre as quais se destaca a exclusão social. E isso se deve à introdução de um novo componente, o qual se exprime nas formas de

"cooperação de trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, que reduz a "conflitualidade" e os custos que deles derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferente, etc." (RAZETO, 2001, p. 41).

A aplicação prática de uma economia solidária apresentaria como principais resultados a solidariedade e a igualdade. Para tanto, alguns mecanismos estatais de redistribuição de renda seriam reclamados, com vistas à captação

dos ganhos que ultrapassassem um limite considerado socialmente necessário, redistribuindo-os àqueles que ganharam abaixo do que se tem por indispensável. Nesse sentido,

"a presença do Estado, de certa forma, é inevitável para a sociedade, pois não existiria uma sociedade organizada sem poder. A questão é estabelecer um ponto de equilíbrio entre a sociedade e o Estado, cada um definindo o seu papel, o local e a sua participação, a fim de que a sociedade possa avançar no caminho da justiça e igualdade" (SANTOS, 2003, p. 6).

Ponto essencial para a compreensão do tema em foco é delinear os traços intrínsecos às empresas capitalista e solidária. Acerca da primeira, é possível destacar os salários desiguais, escalonados conforme o mecanismo de oferta e demanda no mercado de trabalho, com vistas à maximização do lucro. Tal característica fica clara quando se verifica que as decisões no que concerne aos salários são tomadas por aqueles que participam nos lucros – e, nessa lógica, salários diminutos para os cargos mais inferiores são sinônimo de ampliação dos lucros para a minoria com poder de decisão. Além disso, nas firmas capitalistas, a decisão concernente ao destino dos lucros é entregue a um "grupo controlador". É notório, enfim, que neste modelo prevalecem o poder e o interesse do grupo de sócios.

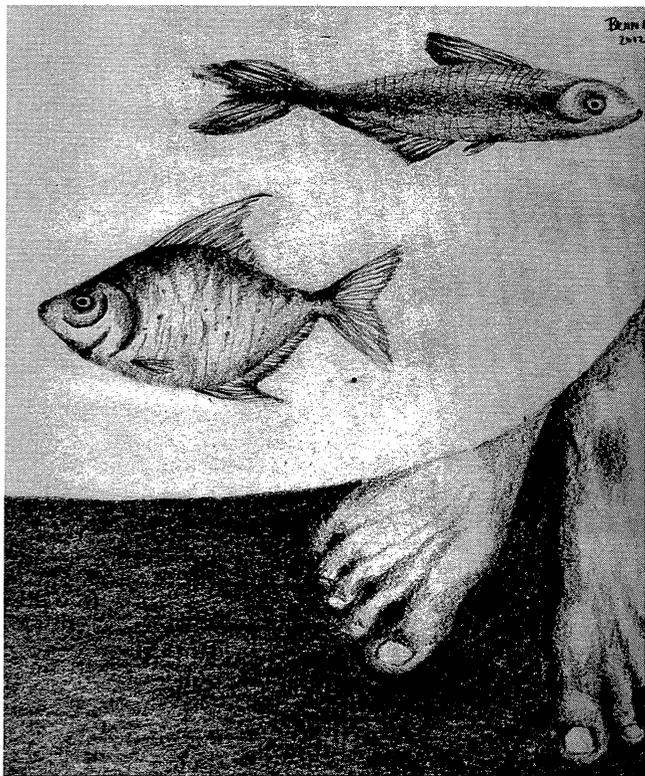
Situação diversa e merecedora de destaque diz respeito aos caracteres das empresas solidárias. A princípio, não há salário para os sócios. O que estes fazem é decidir coletivamente como se darão as retiradas (iguais ou diferenciadas), respeitando cada empresa critérios peculiares. Certo é que se objetiva a garantia de retiradas boas para todos. Outro aspecto a se ressaltar é a criação de dois fundos, um divisível e outro indivisível. O primeiro visa expandir o patrimônio da cooperativa, sendo contabilizado individualmente para os sócios. Por sua vez, "o fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro" (SINGER, 2002, p. 15). Assim, sinteticamente, "o objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas" (SINGER, 2002, p. 15).

Além de todos os pontos já explicitados, há outro que talvez possa ser considerado como o grande fator distintivo entre as economias capitalista e solidária. Trata-se da forma pela qual as empresas são administradas. Empresas capitalistas adotam a heterogestão, que consiste em uma administração hierárquica, composta por inúmeros níveis de autoridade. Nessa instância, o fluxo de consultas parte de baixo para cima ao passo que as ordens fluem em sentido contrário. Tal caracterização leva, muitas vezes, a uma competição exagerada entre setores da empresa, podendo acarretar prejuízos a esta como um todo. Dessa forma, a heterogestão acaba por funcionar diante da contradição existente entre coopera-

ção (que é reclamada entre os empregados, setores, etc.) e competição, visando extrair sempre mais trabalho e eficiência daqueles que emprega. Em seara diversa, a empresa solidária pratica a autogestão, o que consiste, basicamente, em se administrar democraticamente. Isso se dá por meio de decisões tomadas em assembleias, que ocorrem em curtos intervalos temporais quando se trata de uma empresa pequena. Quando, por sua vez, a empresa é grande, delegados são eleitos por departamentos, passando a se reunir e deliberar em nome de todos. Aqui, distingue-se também o modo pelo qual ocorre o fluxo de ordens bem como o de informações: o primeiro dá-se de baixo para cima enquanto o segundo de cima para baixo. Diante de tudo isso, acresce-se aos trabalhadores de uma empresa solidária o esforço de, além de realizar suas funções, preocupar-se com os problemas gerais da empresa.

Paul Singer (2002, p. 23) coloca que são duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes: a heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam; a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.

Diante do paralelo anteriormente traçado, evidenciam-se as características inerentes aos dois modelos econômicos focalizados. O capitalismo, caracterizado principalmente por relações de exploração, passa a não ser mais visto com tanta naturalidade. Em contrapartida, um modelo econômico respaldado na solidariedade aparece, cada vez mais, como alternativa à economia capitalista. Isso porque vislumbra "a sustentabilidade, a justiça econômica e social, sendo um poderoso instrumento de combate à exclusão social, provando que é possível organizar a produção, a fim de amenizar as desigualdades existentes no mundo provocadas pelo capitalismo" (SANTOS, 2003, p. 5).



Em busca de um contexto: Venezuela uma realidade distinta em face da "ley para el fomento y desarrollo de la economía popular"

Diante do exposto anteriormente, algumas questões vêm à tona no que concerne à veiculação de informações acerca de assuntos específicos. Tal abordagem faz-se fundamental, visto que caminhamos ao encontro de uma situação pouco conhecida e, muitas vezes, veiculada de maneira excessivamente tendenciosa. Verifica-se que

"o nosso mundo convive, hoje, com formas poderosas e extremamente concentradas de poder. Vivemos um embate nos meios de comunicação para a construção de verdades que sustentam estes poderes. Nunca vivemos, de forma tão agressiva, a manipulação da opinião e das notícias como a que hoje assistimos na grande mídia brasileira" (MAGALHÃES, 2010).

Chega-se, assim, à perspectiva tangenciada. Caminhou-se, nesse sentido, com o intuito de deixar bem claro que muito acerca relacionado ao que se traz à mídia a respeito da América Latina, em especial da Venezuela ("ponto de chegada" deste estudo), contém uma errônea significação pré-estabelecida, preconceituosa. As grandes empresas de comunicação carregam consigo uma diversidade de interesses, os quais possuem grande importância na moldura das notícias a serem veiculadas. O objeto é julgado a priori segundo as "concepções" do veículo, sendo remodelado e, na sequência, levado aos milhares de pessoas, das quais, a esmagadora maioria, visualiza neste a verdade. Diante desse cenário, "a população fica sem a possibilidade de ter acesso a maioria dos aspectos de sua realidade e, assim, impedida de compreender exatamente sua posição e seus interesses, ficando apenas envolto por uma única ideologia que lhe é apresentada" (SHINKAI).

O processo é inequívoco, devendo-se isso ao desmedido poder que detêm os veículos midiáticos. Nestes, a Europa e, claro, os Estados Unidos aparecem, quase sempre, como modelos irretocáveis e ideais para que possamos perseguir. Em instância diversa, encontra-se a América Latina noticiada, pela grande parte da mídia, sob a ótica do preconceito. No entanto, o trecho a seguir, também de José Luiz Quadros de Magalhães (2010), traz uma visão diversa:

"A América Latina vem sofrendo um processo de transformação social democrática importante e surpreendente. Da Argentina ao México os movimentos sociais vêm se mobilizando e conquistando importantes vitórias eleitorais. Direitos historicamente negados às populações indígenas agora são reconhecidos. Em meio a estes variados processos de transformação social, perceberemos que cada país, diante de suas peculiaridades históricas, vem trilhando ca-

minhos diferentes, mas nenhum abandonou o caminho institucional da democracia representativa, somando a está uma forte democracia dialógica participativa.

E, nas palavras de Marcello Baquero:

"De acordo com dados do Instituto de Serviço Global da Universidade de Washington (2004), há atualmente na América Latina cerca de um milhão de organizações da sociedade civil (OSC) que atuam, principalmente, nos campos da dimensão social: moradia, saúde, educação, segurança, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, empoderamento do cidadão, capacitação profissional dos excluídos, meio ambiente, participação social e capital social. Estas organizações são consideradas como catalisadoras de capital social, principalmente para as camadas mais pobres, dotando-as de capacidade mobilizadora via ação coletiva para assegurar um desenvolvimento social comunitário mais incidente nas suas vidas, particularmente onde o Estado tem fracassado" (2008, p. 396).

Algo muito novo ocorre nas terras sul-americanas, merecendo, portanto, o destaque devido. Dessa forma, aproximando-se, cada vez mais, da realidade a ser abordada, faz-se mister destacar, rapidamente, alguns pontos da lei venezuelana para o fomento e desenvolvimento da economia popular. Nesse sentido, apresenta-se, na sequência, um trecho da exposição de motivos, assinada por Hugo Chávez:

La Constitución de la República Bolivariana de Venezuela permite las nuevas formas de organizaciones socio-productivas que surgen en el seno de la comunidad. De ahí que nace la necesidad de crear una normativa que regule la actividad de la economía popular, donde prevalezcan los principios de corresponsabilidad, cooperación, sustentabilidad, libertad, justicia social, solidaridad, equidad, transparencia, honestidad, igualdad, eficiencia y eficacia, contraloría social, rendición de cuentas, asociación abierta y voluntaria, gestión y participación democrática, formación y educación, planificación, respeto y fomento de las tradiciones, la diversidad cultural, articulación del trabajo en redes socio-productivas y cultura ecológica, dando a las venezolanas y venezolanos herramientas de contenido social para el desarrollo económico de un sistema incluyente, y con capacidad de fortalecer los proyectos socio-productivos de las comunidades.

O artigo segundo do "presente Decreto com Valor e Força de Lei" expõe suas finalidades:

1. Incentivar, en la comunidad, valores sociales basados en la igualdad, solidaridad, corresponsabilidad y justicia social.

2. Promover las formas de organización comunal, dirigidas a satisfacer las necesidades sociales de la comunidad, respetando

las características y particularidades locales, mediante mecanismos financieros, económicos, educativos, sociales y culturales.

3. Fomentar un modelo socio-productivo comunitario y sus formas de organización comunal en todo el territorio nacional.

4. Aportar las herramientas necesarias para el fortalecimiento de las potencialidades económicas de las comunidades.

5. Todas aquellas que coadyuven al fortalecimiento de las finalidades establecidas en el presente Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley.

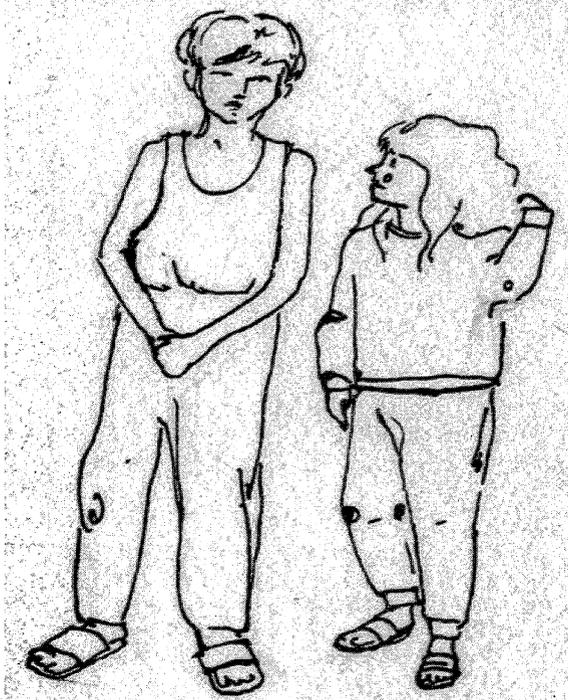
É notória a significância de uma lei como esta, principalmente no contexto da Venezuela, onde há muito pouco tempo vivia-se sobre a sombra de uma ditadura. Ela expressa, portanto, o reconhecimento da soberania popular, a qual se mostrará efetiva, na sequência, quando destacaremos pontos centrais de uma experiência ocorrida no país, mais especificamente no Estado de Lara.

CECOSESOLA: muito além da fantasia de uma "utopia"

"Economía no la ciencia de administrar la riqueza, sino la ciencia de administrar la vida que es la mayor riqueza" (LUGARI DE GAVIOTAS)

Passando pela desconstrução da visão que se tem acerca da América Latina e pela abordagem de alguns aspectos da lei venezuelana para o fomento e o desenvolvimento da economia popular, chega-se, agora, à concretude de um caso que muito facilitará a delineação dos aspectos aqui enfatizados.

CECOSESOLA, ou Central Cooperativa de Serviços Sociais Lara, representa uma grande conquista da construção social na Venezuela. Sua concepção seria impossível se se pautasse em teorias sociais convencionais, significando a padronização de vida em coletividade. Diante do confronto com as estruturas de poder conven-



cionais, os integrantes da cooperativa original desenvolvem um novo modelo socioeconômico e ético, o qual pode ser comparado à horizontalidade das culturas consideradas como primitivas. Eles interagem construtiva e sustentavelmente com a economia de mercado convencional que os rodeia, o que não significa que se entregam a ela ou por ela são cooptados.

Em inúmeras vezes, fez-se grande a dificuldade de compreender o modelo em sua totalidade, o que rendeu aos seus integrantes títulos de fascistas, comunistas, corruptos, ateus, anarquistas, entre outros. Na verdade, o que se percebe é uma plataforma extremamente coletiva, cuja organização baseia-se em princípios de igualdade, solidariedade e responsabilidade, aliados à capacidade de aprender a viver em uma comunidade empresarial despida de quaisquer hierarquias, diante da valoração das capacidades individuais, que não são, de maneira alguma, utilizadas para dominar. Lança-se mão, na sequência, de um trecho das reflexões de Jorge Zapp (2005) mediante visita à CECOSOLA:

"Valores como la honradez, la transparencia o la generosidad son totalmente naturales y se reflejan en la vida cotidiana en función del grado de vinculación familiar a la organización. Para un miembro que hace su vida económica y emocional dentro de las cooperativas de Cecosesola, esos y muchos otros valores se hacen casi absolutos y controlados socialmente en la cotidianidad y muy especialmente en las reuniones. Para alguien que se vincula apenas a alguno de sus servicios (mercado, salud, crédito, funerario, etc.), aprende a incorporarlos gradualmente en su familia. Dentro de Cecosesola, el dinero es útil, se maneja cuidadosamente, circula y cataliza, pero no constituye un fin en sí mismo, no se acumula ni institucional ni personalmente."

Ponto importante traça-se, aqui, no que concerne às características atuais de todo o mundo. Ainda, segundo Zapp (2005), vivemos o inescapável mundo do "PAJ" (ou "PAH", mediante adaptação da sigla ao português), o qual é marcado por particularismo, acumulação e estruturas de poder hierárquicas (jerárquicas, em espanhol). Tudo que acena para além de tal estrutura recebe, de pronto, taxações equivocadas, como já se destacou anteriormente. Dessa maneira, a criação de uma empresa privada, capaz de agregar grande quantidade de valor aos recursos naturais, é, aparentemente, opção única para gerar riqueza e emprego de boa qualidade. Todavia, a análise atenta de diversas experiências, aqui centradas na América Latina, propicia-nos a visualização de modelos e lógicas bem distintos do que se tem, muitas vezes, por normal e natural.

Na visão de Jorge Zapp (2005), em CECOSOLA, regressa-se "*al ágora griega o a las tribus recolectoras que inspiraron, en la horizontalidad de su areté americana, a Montagne o a Rousseau para concebir el nuevo orden social que desembocó en la democracia moderna*". E, nessa comunhão de elementos históricos apontados por este visitante, exprimi-se uma construção coletiva e

participativa de uma nova ordem social, originária do seio da sociedade civil. É um modelo que, sem dúvidas, funciona realmente (e de forma sustentável), flui. Constata-se um estilo de vida diverso adotado por seus membros e pelas milhares de famílias circundantes, diante da participação nos serviços e da comunhão de princípios e valores. A nova ordem social, disseminada pela CECOSOLA, acaba, enfim, por enterrar os elementos constitutivos do "PAJ" aqui referido.

Nessa seara, é fundamental buscar as bases para o grande sucesso de um grupo de organizações originárias da sociedade civil, sem capital, a partir da tentativa de levar produtos agrícolas e alimentares às famílias menos favorecidas a preços notoriamente baixos. A análise de tal experiência leva-nos a crer que o elemento chave para seu desenvolvimento é o capital social, de modo que as centenas de trabalhadores nas feiras e associações relacionadas criaram um sistema organizacional fortemente orientado por valores e baseado em cooperação, participação e organização horizontal. No que concerne ao capital social, as palavras de Miracy Gustin (2008, p. 12) são extremamente esclarecedoras:

"Sobre a utilidade do capital social para um desenvolvimento integrado, econômico e social, é possível sustentar que uma das causas da pobreza é justamente a destruição ou perda de redes de apoio das pessoas e das famílias. Apesar de não poder se entender que o capital social seja patrimônio apenas dos pobres, há uma necessidade de se potencializar as capacidades desses estratos sociais para a formação de capital social, sem paternalismos ou assistencialismos. Deve-se entender que a aplicação de uma metodologia adequada de capital social e humano ajuda na compreensão das razões da reprodução das desigualdades sociais. O desempenho de papéis que tradicionalmente foram descuidados, tais como os da educação e da sociabilidade, tornam-se de valor central."

Dessa forma, o capital social é um fator chave para explicar a persistência de economias locais num contexto de globalização, pois, em alguns casos, ele é mais importante do que a renda enquanto determinante de bem-estar" (BAQUERO, 2008, p. 397), visto que

"se constitui em um meio para um fim e não um fim em si mesmo. Enquanto meio, facilita o acesso a várias formas de recursos ou apoio através das redes de relações sociais. Este processo facilita alcançar os objetivos mais amplos das políticas, tais como a redução da pobreza e da exclusão social" (BAQUERO, 2008, p. 397).

Assim, no entorno das feiras, a tônica é solidariedade, responsabilidade pessoal e de grupo, transparência nas relações, promoção da confiança e amor pelo trabalho. Diante de tal quadro de valores, verifica-se que este não se restringe a uma única declaração por escrito. Há, sim, intensa reflexão sobre temas como crescimento

pessoal, apoio mútuo, solidariedade, frugalidade, austeridade, bem como sobre a importância de não ser egoísta e dar o melhor de si para a comunidade, ao longo das reuniões de oito ou mais horas semanais, com a participação de todos os trabalhadores da CECOSOLA. Estes encontros acontecem, comumente, nas segundas-feiras, configurando-se em uma Assembleia Geral, em que se avalia a semana que se encerrara e se planeja a próxima. Com isso,

"en Cecosesola, com el tiempo, las reuniones se han ido convirtiendo en encuentros abiertos al que quiera participar con una asistencia que puede a veces superar las 200 personas. En las mismas no existe una coordinación o dirección personalizada y en el transcurso de las deliberaciones, los temas a tratar van siendo propuestos espontáneamente por cualquier participante." (ESCUELA COOPERATIVA-CECOSOLA, 2009, p. 9).

Ponto também interessante remete-nos ao fato de que um dos membros, diante de necessidades, pode até mesmo duplicar seu ingresso particular mediante uma decisão coletiva, desde que isso não afete em mais de 3% os preços dos serviços que são prestados. Encontra-se, aqui, uma preocupação com os milhares de clientes, que, em sua maioria, vivem com muito pouco. Todavia, não é esta a única razão, visto que, por princípios, é reconhecido que não se requer mais para que se possa viver feliz e dignamente.

Sem que passe despercebido, o elevado número de horas dedicadas às reuniões, nem de longe, pode ser compreendido como uma perda de produtividade, sendo, na verdade, mecanismo importante para que se alcancem entusiasmo, dedicação e empenho por parte da organização dos trabalhadores. Assim, os mecanismos de funcionamento específico da organização incluem as já citadas reuniões semanais de cada grupo para avaliação e planejamento, a tomada de decisão por consenso (e não por votação adotando a opção escolhida por uma maioria), a partilha de informação, a disciplina coletiva e de monitorização, o trabalho descentralizado por cada grupo e a rotação acima das responsabilidades.

Baseado, portanto, na participação ativa de todos os membros da organização, na comunicação fluida, na análise conjunta de aprendizagem e na rotação contínua das tarefas, o projeto possui como uma de suas características marcantes o recebimento da mesma remuneração por todos os trabalhadores. Além disso, a organização criou um fundo de financiamento, de empréstimo de dinheiro a juros baixos, bem como um fundo de saúde integrada.

É fundamental destacar que todo o monitoramento do processo permite a rápida detecção e correção de erros. O clima de confiança estabelecido entre seus membros evita os custos que seriam necessários caso este fosse escassa. Diante disso, é grande o senso de pertencimento, o qual estimula a produtividade e a busca contínua por melhorias no que concerne à realização das tarefas. O objetivo da organização não é, e isso deve estar totalmente claro, limitar-se ou

centrar-se no plano econômico; objetiva-se, na verdade, promover o processo criativo de seus membros, aliado a todas as suas ações concretas.

CECOSESOLA: o quê? Como? Onde?

Muito se relatou, até então, acerca de uma experiência de economia solidária na Venezuela, apresentando alguns detalhes e mecanismos utilizados, com vistas a destacar quanta inovação esta experiência representa. Todavia, CECOSOLA ainda se faz desconhecida, principalmente nos aspectos referentes ao que é proposto no título desta seção. Dessa forma, parte-se, agora, em busca de um conhecimento mais amplo do caso em destaque.

CECOSESOLA surgiu no ano de 1967, no estado venezuelano denominado Lara, mais especificamente em sua capital, Barquisimeto. Hoje, formando uma grande rede, encontra-se também nos estados de Barinas, Trujillo, Yaracuy e Portuguesa. Diante desta expansão, a Central Cooperativa Lara (como, atualmente, convencionou-se denominar) é composta por cerca de 60 organizações cooperativas, 20000 sócios, 1000 trabalhadores associados, atendendo, aproximadamente, 50000 famílias, as quais compram nas feiras (conforme dados do ano de 2009 da própria Central). Em todo esse aparato, é regra haver reuniões abertas, direção coletiva, decisões tomadas mediante consenso. Nessa instância, algumas esferas interceptam-se, encontrando-se nisso, sem dúvidas, mais um fator responsável por tanto sucesso. Entre estas esferas, é fundamental destacar aquelas inerentes a produção e abastecimento, apoio mútuo, escola cooperativa, saúde, sociedade, bem como a outros bens e serviços.

Diante do desenvolvimento de relações alternativas, CECOSOLA funciona, a priori, como órgão promotor das Feiras de Consumo Familiar, sendo que, neste caso, coincidem trabalhadores e membros da Central. Assim, as grandes feiras utilizam, hoje, locais pertencentes à CECOSOLA para funcionarem. Dessa maneira, consiste o sistema em um circuito de produção, distribuição e venda de alimentos e outros produtos básicos, dirigidos, principalmente, às famílias menos favorecidas. A produção, vale ressaltar, é realizada de maneira sustentável, melhorando organicamente o solo, de maneira que agrotóxicos são utilizados com responsabilidade e somente quando essenciais.

Um dos fatores que muito contribui para o êxito das feiras é o sistema de preços ponderados para os produtos, estabelecendo-se um preço único para o quilo de produtos, o que simplifica as tarefas de pesagem e venda. Tal sistema é capaz de otimizar o tempo utilizado pelos consumidores, incrementar a eficiência do processo de venda, compensar as altas estações de alguns produtos com as baixas de outros, induzir a diversificação do consumo e contribuir para a diversificação da produção agrícola. A fixação de um preço ponderado toma por base os seguintes critérios: a identificação dos produtos essenciais, a busca pela melhor qualidade possível e por um

preço significativamente inferior ao de mercado, bem como a consideração das necessidades dos produtores pertencentes ao sistema de feiras de modo a não prejudicá-los. Dessa maneira, é preciso notar que a determinação de preço ponderado é uma atividade complexa, devendo levar em conta a demanda relativa de cada produto, o preço que cada produto tem no mercado em cada temporada e inclusive em cada semana e as possíveis distorções que podem ocorrer mediante a escassez ou a abundância temporal de determinados produtos.

Alguns detalhes acerca da CECOSOLA ainda precisam ser delineados. A princípio, é necessário compreender que o termo "central cooperativa" significa, diante da prática e da legislação venezuelana, uma associação cooperativa de segundo grau, ou seja, uma associação cujos sócios são cooperativas e não indivíduos. O critério de organização é agrupar as cooperativas de uma região, independentemente de sua atividade específica. Agrupando 34 cooperativas localizadas na região centro-ocidental, atualmente a Central Cooperativa Lara possui 668 milhões de bolívares (aproximadamente 1,3 milhões de dólares, segundo dados que nos remetem ao ano de 1998), sem incluir o patrimônio que cada cooperativa tem por separado. Neste conjunto do sistema de Feiras de Consumo Familiar, CECOSOLA é o espaço de encontro de diferentes atores envolvidos na feira, de modo que

"también funciona como marco institucional formal, ya que es la figura jurídica a través de la cual se relaciona el sistema con otras instituciones formales. Sin embargo, CECOSOLA como institución va más allá del sistema de ferias, puesto que ejerce otras actividades, como la prestación de servicios funerarios a los afiliados de las cooperativas, la prestación de servicios de asesoría y financiamiento a las cooperativas, y la representación de las cooperativas de la región ante instancias oficiales" (CALCAÑO, 1998, p. 15-16).

Tudo o que é relativo ao funcionamento do sistema de feiras é coordenado pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento da Central. Possuindo cada feira autonomia, o departamento acaba por funcionar com uma instância coletiva de coordenação por meio de diversos tipos de reuniões, nas quais se decide o que se refere à organização e à gestão. Ainda concernente às feiras, vale ressaltar que o papel dos consumidores está para além do de "clientes", de modo que seu comportamento e suas atitudes são uma variável fundamental para o êxito do processo, já que implicam certas atitudes de cooperação e identidade com ele, realçando que "quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maiores as possibilidades de desenvolver virtudes cívicas que tangibilizem o bem coletivo" (BAQUERO, 2008, p. 398).

Para além do sistema de feiras, CECOSOLA possui, ainda, serviço funerário, de modo que a Central passa a ter outra atividade, não enfrentando intensos problemas quando a colheita se fizer insuficiente. Esse novo empreendimento

é destacado por seus membros em um documentário (*"Documental acerca de la historia y forma organizativa de Cecosesola, movimiento de integración cooperativa fundado en 1967, ubicado en el Estado Lara, Venezuela"*), gravado em janeiro e fevereiro de 2010. É nesse sentido, com vistas a expor o que mais recebe ênfase por parte dos sócios da Central, que se caminha para o fim desta seção.

Não há dúvida de que expressões como possibilidades de organização, reuniões e espaços de discussão fazem-se, constantemente, presentes nas falas dos membros. Destarte, outros pontos aqui já destacados são sempre reafirmados por eles. Nesse sentido, deixam-se claras a não existência de cargos hierárquicos e a grande importância do respeito e da transparência com intuito de se construir a confiança em equipe. Acerca do que cada sócio recebe, há uma preferência para os termos antecipação e ingresso com relação à palavra salário. Eles ganham a mesma quantidade, ou melhor, como asseveram, quase a mesma quantidade. Deve-se isso ao que cada membro necessita, de modo que quem possui cinco filhos requer algo a mais para subsistir do que quem possui apenas um. O certo é que não existem as disparidades de uma empresa capitalista, na qual o empresário ganha inúmeras dezenas a mais que o operário. Pauta-se, dessa maneira, na ideia de que a Central pertence a todos, é construída cotidianamente por todos, de modo que todos devam partilhar igualmente de seus frutos.

A eficiência do projeto é indiscutível. Isso se torna evidente diante do relato dos antigos membros, os quais destacam que, inicialmente, vendiam 5 kg de produtos. Hoje, diante da forte noção de pertencimento e de uma comunhão geral (*"Juntos lo estamos logrando"*), CECOSSESOLA já mantém relação com outras organizações da sociedade civil. Algumas outras características surgem como responsáveis por tanto sucesso, podendo-se enumerar: a conexão com o grupo de produtores; decisões tomadas por consenso, inexistindo votação; informação fluida, sendo toda a movimentação financeira exposta detalhadamente; critérios coletivos (não normas escritas), pautados na disciplina; e, por fim, decisões com extremo sentido de responsabilidade.

As já referidas horas dedicadas a reuniões são de imensurável importância. Algumas merecem ser destacadas: reunião de planificação (do plantio), de modo a facilitar e equilibrar a integração em rede, definindo-se o que será produzido bem como a rotação de tarefas; reunião de apoio mútuo, na qual a tônica é "problema meu, problema de todos"; e reunião semanal de feira. No que se refere à Rede de Saúde CECOSSESOLA, há muito que se enaltecer. Com instalações modernas, oferecem-se serviços de laboratório, acupuntura, hidroterapia, radiologia, dermatologia, pediatria, ginecologia, psicologia, pediatria, medicina geral, traumatologia, entre outros. Para a construção do hospital e a aquisição de novos equipamentos, a Central valeu-se de uma quantia depositada em banco bem como de doações que eram realizadas nas feiras no ato da compra. As colaborações foram inúmeras. Quanto aos médicos, estes asseveram quanta satisfação sentem em poder utilizar o conhecimento adquirido ao longo de sua

formação para ajudar.

De uma funerária a um hospital, a Central Cooperativa Lara é uma experiência a ser, mais e mais, assistida bem como transmitida. Um exemplo irretocável de que a sociedade civil possui capacidade de organizar-se e, sobretudo, gerir-se. Fornecendo produtos frescos, com preço baixo e único, é, na ótica de seus membros, uma comunhão organizada, explicitada sob a forma de escola, em que a aprendizagem é cotidiana. Destarte, CECOSSESOLA é, para eles, acima de tudo, uma família, sendo dispensáveis quaisquer outras definições.

Face ao exposto, é preciso destacar que as práticas de governança social apresentadas nesta organização em contínuo movimento são fruto de um processo formativo de mais de 40 anos, apresentando grande evolução nas formas de gestão e desenvolvimento. Por exemplo, *"durante unas cuatro décadas en Cecosesola se ha venido profundizando una transformación en las maneras e las razones de ser de nuestras reuniones"* (ESCUELA COOPERATIVA-CECOSSESOLA, 2009, p. 50). Com isso, tal experiência permanece guiada por uma mesma intenção: *"el deseo de convivir aquí y ahora en el respeto, en el compartir, en la apticipación plena de todos"* (ESCUELA COOPERATIVA-CECOSSESOLA, 2009, p. 61).

À guisa de conclusão: economia solidária em uma linha de governança

"Juntos lo estamos logrando"
(CECOSSESOLA)

Ao longo deste artigo, lançou-se mão de uma perspectiva de economia solidária proposta por Paul Singer, em sua obra *"Introdução a Economia Solidária"* (2002). Nesse sentido, algumas ideias, como as que se referem a solidariedade, autogestão, inexistência de hierarquia, cooperação, capital social, busca por subsistência, negação da mais-valia, entre outras, vieram à tona. Sem qualquer estranhamento, todas essas noções atrelam-se ao conceito de governança social, de modo que se pretende, aqui, desfechar esta caminhada, compreendendo a economia solidária, principalmente à luz da experiência venezuelana da CECOSSESOLA, *pari passu* com a governança social.

Faz-se mister destacar a importância do conceito de governança social. Todavia, verifica-se uma lacuna do estudo desta categoria em grande parte dos empreendimentos solidários. Nessa seara, Alcindo Gonçalves afirma que, para o entendimento da ideia de governança, duas questões merecem destaque. São elas: a) ideia de "boa" governança como requisito fundamental para um desenvolvimento sustentável, incorporando crescimento econômico, igualdade social e direitos humanos; b) a relevância das práticas e procedimentos governamentais na consecução de suas metas, bem como do formato institucional do processo decisório, da articulação público-privado na formulação de políticas e da maior ou menor abertura para a participação dos setores interessados. O mesmo autor, distinguindo este conceito do de governabilidade, vem afirmar que

"a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo" (GONÇALVES, 2007, p. 4). Rudá Ricci, em consonância a isso, afirma que, ao ter agregado o adjetivo social, a governança amplia e descentraliza o espaço decisório, sugerindo que a competência técnica e a agilidade sejam perpassadas pela representação social. "É uma via de mão dupla, porque empodera a sociedade civil, mas exige uma profunda mudança de cultura e atitude dos (as) representantes sociais" (RICCI, 2006).

Nessa seara, a importância não se encontra em definir se estas estratégias alternativas são duradouras ou passageiras nem mesmo em delimitar qual caminho lhes será peculiar. Ponto fundamental é a capacidade que possuem de solucionar problemas, como o desemprego e a exclusão social. Vale ressaltar, entretanto, que, para aqueles que conceituam como momentâneas as estratégias de governança social e economia solidária, a Central Cooperativa Lara apresenta-se como grande exemplo, visto que desde sua fundação, em 1967, até os dias atuais mantém-se como um modelo originário da sociedade civil, por ela conduzido e a ela voltado.

Desse modo, a estreiteza entre os dois conceitos é digna de exposição. E, assim, verifica-se que, como ocorre com a prática de economia solidária, a "governança social se revelaria como um passo além das fronteiras estatais, a partir do reconhecimento de que ao Estado é impossível conhecer e solucionar todas as demandas da sociedade" (FERREIRA, 2010, p. 20). Diante de tal reconhecimento, é preciso anotar que todo o desenvolvimento aqui realizado acerca do tema compreende a economia solidária, como proposta por Singer, bem a governança social como "formas criativas de atribuição de competência às organizações que trabalham diretamente com po-

pulações ou segmentos sociais que necessitam se capacitar segundo necessidades ou demandas específicas" (GUSTIN, 2008, p. 11). E, valendo-se ainda das palavras de Miracy Gustin (2008, p. 11): "a governança social deve se constituir uma pedagogia de vivências e de experiências no sentido de um aprendizado das organizações de base das formas de atuação social que tenham como produto uma ação com efetividade".

O trecho supracitado tem sua comprovação diante da experiência da Central Cooperativa Lara, que é por seus membros considerada uma escola de aprendizagem cotidiana. Há de se enfatizar que o Estado não é substituído por estas organizações da sociedade civil, de modo que seu papel deva ser capacitar esta, fomentar a auto-gestão e favorecer a articulação, agindo como um "Estado Educador". Em complementação a isso, Lara Marina Ferreira (2010, p. 18) assevera que

"não há que se falar, portanto, em substituição do papel do Estado pela atuação da sociedade civil, uma vez que essa fronteira é determinada constitucionalmente. A articulação e organização da sociedade civil serão realizadas no espaço previsto e em conformidade com parâmetros normativos, mas a partir do reconhecimento de sua autonomia decisória e do importante papel que essas organizações exercem no fortalecimento de solidariedade direta entre os atores sociais."

Diante disso, outro aspecto a ser considerado, e para isso lança-se mão, mais uma vez, da CECOSOLA, é a articulação em rede entre organizações da sociedade civil. "A necessidade da formação de redes deriva, pois, da fragilidade dos laços existentes nas comunidades periféricas"



(GUSTIN, 2008, p. 13). É, nesse sentido, que a articulação promove uma democratização no que concerne ao engajamento em torno de algum interesse comum, permitindo que organizações interajam e caminhem lado a lado. "A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias" (SCERER-WARREN, 2006.).

Muito já se delineou acerca das experiências de economia solidária e governança social, entretanto, caminhando-se para o fim desta abordagem, algumas características centrais merecem ser revisitadas. Refiro-me à geração do próprio sustento e à conscientização em torno de um grupo. No que se refere à primeira, esta ocorre de maneira digna, apresentando-se o trabalho como instrumento fundamental e distintivo destas experiências. Retomando o viés estatal, assevera-se que o objetivo deste ao usar a assistência social deva ser usá-la "como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que os desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo" (SINGER, 2002, p. 124). Depara-se, portanto, com a fronteira entre assistencialismo e governança social, caracterizando-se esta pelo trabalho, o qual é responsável pela geração do próprio sustento, dispensando-se quaisquer assistências. Acerca da conscientização em torno do grupo, é preciso notar que esta se dá mediante as ideias de solidariedade e colaboração, verificando-se que estas experiências consistem, sobretudo, em uma escola para a vida, por meio da qual vivências são compartilhadas e seus membros caminham para ações efetivas. "Não sendo assim, tudo se transforma em mais uma nova ilusão administrativa" (GUS-

TIN, 2008, p. 13).

De modo a manter-se distante desta ilusão administrativa, a governança social, tão bem explicitada no caso anteriormente analisado, deve pautar-se, sobretudo, no protagonismo da sociedade. Diante disso caminha ela com suas próprias "pernas", respaldando-se na reciprocidade de atitudes, na horizontalidade das tomadas de decisões bem como em laços solidários cada vez mais fortes. Só assim a sociedade é capaz de se articular e, mediante a comunhão de inúmeros valores, produzir condições de vida sempre melhores, pautadas, acima de tudo, em reais necessidades.

Chega-se, portanto, ao fim de uma análise da economia solidária, caminhando, *pari passu*, com a governança social. Toda a exposição acerca da CECOSOLA permitiu levantar aspectos fundamentais de estratégias inovadoras e altamente eficazes. As realidades são distintas, claro. O Brasil não é a Venezuela nem tampouco Europa ou África. A realidade brasileira é plural e, nesse sentido, estratégias como a analisada são, sim, adaptáveis ao Brasil, ressaltando, evidentemente, suas adequações ao nosso contexto. Algumas experiências já são verificadas por aqui, apresentando grande êxito. E tudo isso permite evidenciar a importância que advém de uma estratégia de governança social, aqui assimilada sob a ótica da economia solidária. Toda a inovação por ela proporcionada é originária do seio da sociedade civil, cujo conceito "implica o reconhecimento de instituições intermediárias entre o indivíduo, por um lado, e o mercado e o Estado por outro, [as quais] cumprem o papel da institucionalização de princípios éticos" (AVRITZER, 1994, p. 147). Por fim, vale dizer, esta sociedade civil, pautada na organização, adquire o poder de agir, agir para si mediante a comunhão de valores como solidariedade, colaboração e participação.

Submetido em Outubro de 2011

Aprovado em Maio de 2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEBURG, Hans Benno e GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582007000300003&lang=pt>. Acesso em: 19 de outubro de 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: Ensaios de Teoria e Filosofia Política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza. Antonio F. Mitre (organizador). Belo Horizonte: DCP-UFMG, 1994.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da Economia Solidária. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000100012&lang=pt>. Acesso em: 19 de outubro de 2010.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n.º 2, Novembro, 2008, p. 380-413.
- CALCAÑO, Luis Gómez. Las ferias de consumo familiar del Estado Lara, Venezuela: una experiencia de organización participativa. Informe para la División de Estado y Sociedad Civil del Banco Interamericano de Desarrollo, Caracas, 1998.
- Documental acerca de la historia y forma organizativa de Cecosesola, movimiento de integración cooperativa fundado en 1967, ubicado en el Estado Lara, Venezuela. Gravação: janeiro e fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/15472763>>; <<http://vimeo.com/15476025>>; <<http://vimeo.com/15482970>>. Acesso em: 28 de outubro de 2010.
- ESCUELA COOPERATIVA-CECOSESOLA. ¿Hacia un cerebro colectivo? – De reuniones... a espacios de encuentro. Barquisimeto: MC Editora, 2009.
- FERREIRA, Lara Marina. Governança Social: Contribuições para o desenvolvimento do conceito teórico. Monografia. Curso de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Venezuela – Lei para o fomento e desenvolvimento da economia popular. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.
- GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. Texto apresentado no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Unisantos, 2008. Disponível em: <<http://www.ligatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/24cccb375b45d32a6df8b183f8122058.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências de economia solidária e seus múltiplos sentidos. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100013&lang=pt>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- GUSTIN, Miracy Barbosa Souza. Importância da Constituição de Capital Social e Humano em Comunidades Periféricas e de Exclusão. Revista Governança Social. Ano I, Edição 3. Belo Horizonte: agosto a novembro de 2008, p. 10-13.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros. A busca do real. Disponível em: <<http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com/2010/06/discutindo-ideologia-2.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2010.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Ideologia: o encobrimento do real na contemporaneidade. Disponível em: <<http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com/2010/06/discutindo-ideologia.html>>. Acesso em: 14 de outubro de 2010.
- RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco, Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 2001.
- RICCI, Rudá. Governança solidária ou democrática (2006). Disponível em: <<http://www.ibase.br/site-antigo/modules.php?name=Conteudo&pid=1292>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.
- SANTOS, José Eduardo Moraes. Economia popular e solidária: desafios e realidade. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.
- SHINKAI, Marie. Manipulação dos meios de comunicação de massa. Artigo disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/104.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.
- SINGER, Paul. Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativa. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VELANO, Luiz Gustavo Mendonça. Economia Solidária: o amadurecimento de uma outra economia. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.